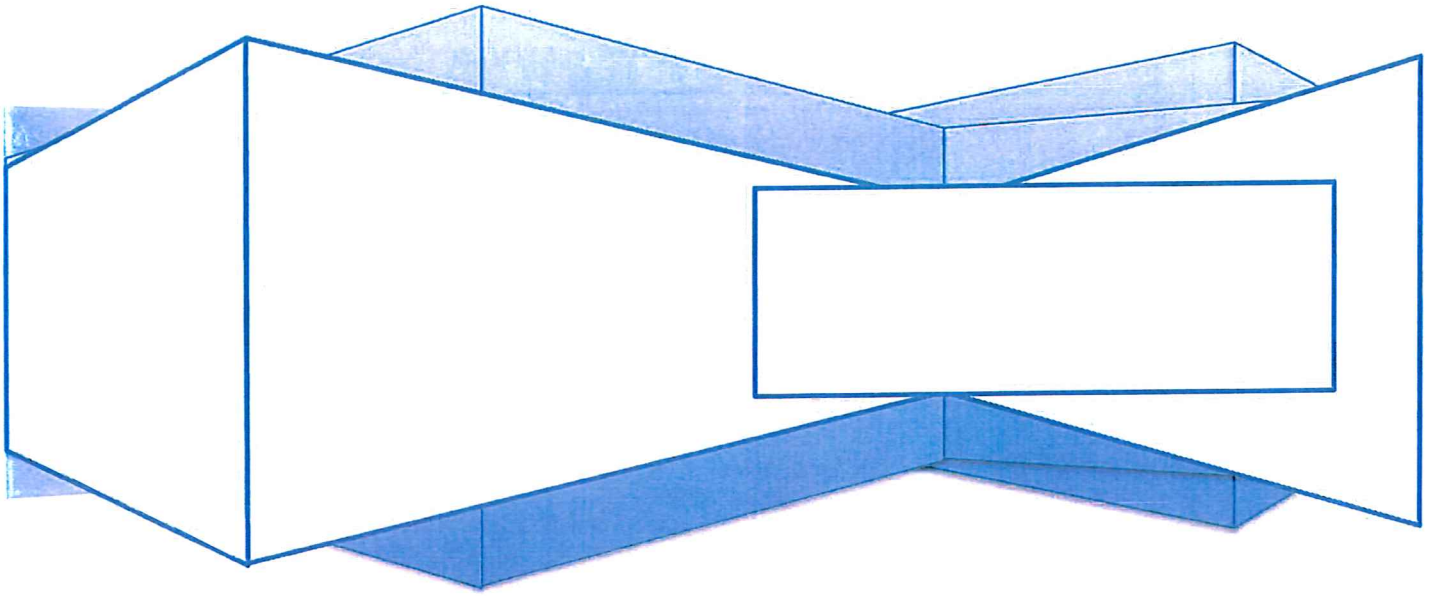
Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Relatório Operacional e Contas

2024

Associação dos Deficientes das Forças Armadas



Conteúdo

Introdução 2

1 – Missão, visão e valores 5

2 – Enquadramento legal 6

3 – Abrangência geográfica 7

4 – Estrutura organizacional 8

5 – Contexto externo 9

6 – Orientações estratégicas 10

7 – Objetivos operacionais 11

8 – Recursos humanos 25

9 – Recursos financeiros 27

10 – Demonstrações financeiras, notas explicativas e parecer do Conselho Fiscal ... 28

Apêndices 45

Apêndice 1 – Rede Nacional de Apoio 46

Apêndice 2 – Serviços da Sede Nacional 47

Apêndice 3 – Delegações 49

Apêndice 4 – Associados 57

Siglas 58

Introdução

O ano de 2024 saldou-se por uma atividade diversificada, fruto quer da continuidade da nossa ação em prol dos deficientes militares, em termos de defesa dos nossos direitos, quer de alterações internas, visando otimizar a nossa Associação e o seu funcionamento, quer ainda a questão conjuntural dos cinquentenários do 25 de Abril e da criação da ADFA, intimamente interligados, e que se impunha dar visibilidade.

Naturalmente, as nossas preocupações centraram-se nos deficientes militares, naturalmente nos nossos associados e nas suas famílias, na preservação da memória e no nosso contributo para integrar e dignificar os deficientes em geral.

Cabe em primeiro lugar referir o conjunto de diligências feitas junto do Governo, através do Ministério da Defesa Nacional (MDN), como também junto da Presidência da Republica, da Assembleia da República, nomeadamente junto da Comissão Parlamentar de Defesa e dos Grupos Parlamentares dos diversos Partidos ali representados, das Regiões Autónomas e das Autarquias, e bem assim junto do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) dos Estados-Maiores dos Ramos. Foi dado particular relevo ao conjunto de reivindicações a que se deu o nome de "Caderno Reivindicativo", amplamente difundido por todas as instâncias acima referidas.

Em particular na área militar, procurou-se manter e estreitar o relacionamento com as Chefias (CEMGFA e Chefes dos Estados-Maiores dos Ramos), como também com o Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA)/Assistência na Doença aos Militares (ADM), Hospital das Forças Armadas (HFAR), Laboratório Militar do Medicamento (LM), além de iniciativas locais e mais diretas com escalões inferiores. Foram programadas e executadas reuniões de trabalho regulares com o LM e HFAR.

As comemorações dos Cinquentenários levaram a que fosse levada a efeito a cooperação com a Comissária Nacional, Professora Inácia Rezola, com a Secretaria Geral (SG) do MDN, com organizações civis e a com diversas autarquias. Essas ações tiveram início em 2023, prolongar-se-ão no corrente ano e poderão ir até ao próximo ano.

Concretamente em relação ao Cinquentenário da ADFA, já durante 2023 foram lançadas ideias e iniciativas, quer no 49.º Aniversário da Associação e do ELO, quer no na comemoração do 30.º Aniversário da Sede Nacional, à qual foi dado o relevo que merecia.

Nas ligações externas, manteve-se a estreita cooperação com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Maputo (ADFA-PM), e mantidos contactos com organizações

congéneres da Guiné, Angola e Moçambique. Já a ligação com a Federação Mundial de Antigos Combatentes (FMAC)/The World Veterans Federation (WVF) se manteve em perfil baixo, dado o grau de indefinição da Organização, já patente na última Assembleia Geral, realizada em Belgrado (Sérvia), em que a fraca participação e a orientação tendenciosa da organização não deram boas perspetivas para o futuro. A reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus (CPAE) foi cancelada por falta de inscrições.

Foi dado início ao processo de revisão estatutária, que se pretende participado e conclusivo, tem como objetivo aligeirar a estrutura e o processo de tomada de decisão, tendo em atenção o natural envelhecimento e desgaste da massa dos associados, e a falta de voluntários para o desempenho de cargos nos Órgãos Sociais.

Foi feita a remodelação do sistema de apoio aos associados pelos Serviços Clínicos, através de uma primeira iniciativa através de uma parceria com uma empresa privada ("Reabilitar em Casa"), com ênfase na Fisioterapia, com bons resultados, podendo encarar-se um alargamento do campo de ação.

Iniciativa semelhante foi feita com a Restauração na Sede Nacional, com resultados menos visíveis, até porque não foi ainda invertida a tendência negativa surgida com o COVID-19.

Foi lançado o projeto do Arquivo Definitivo da ADFA, com o apoio do MDN, com o objetivo de salvaguardar o nosso património documental, organizá-lo, classifica-lo e troná-lo acessível a toda a sociedade, com relevo para os estudantes e investigadores. Foram assim criadas as instalações, na Sede Nacional, e dado início ao processo, em ligação estreita com o Arquivo Geral da Defesa Nacional (ADN).

Foi continuado o esforço de integração dos deficientes oriundos das antigas Colónias, quer no apoio social, médico e medicamentoso, e jurídico, quer a nível pessoal, quer da estratégia reivindicativa.

Numa tentativa de sistematizar essas legítimas reivindicações, a nossa Associação já tinha aprovado em Assembleia-Geral Nacional (AGN) um documento intitulado "Caderno Reivindicativo", no qual estão sistematizadas as nossas aspirações. Esse documento foi revisto em nova Assembleia Geral, sem alterações de fundo, e teve larga difusão – Governo, Forças Armadas, Presidência da República, Assembleia da República – pelo que de modo algum os poderes públicos podem alegar desconhecimento do seu teor.

A ADFA manteve como objetivo importante da prestação de serviços aos associados. A crónica falta de apoio obriga-nos a substituir-nos ao Estado naquilo que ele prometeu, mas não cumpriu.

1 – Missão, visão e valores



Conforme tem sido dito às diversas entidades da Tutela, o contributo do Estado para o nosso funcionamento não deve ser considerado como um mero subsídio, como se de uma coletividade de cultura e recreio se tratasse, mas como o ressarcir serviço que cumpririam ao Estado.

2 – Enquadramento legal

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) foi fundada, em 14 de maio de 1974, é uma associação livre e independente, considerada pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, conforme o publicado no Diário da República, n.º 114, de 19 de maio de 1981.

A ADFA tem sede em Lisboa e é constituída por doze delegações em todo o Continente e Regiões Autónomas e vários núcleos.

Os estatutos atualmente em vigor foram aprovados pela Assembleia-Geral Nacional Extraordinária, de 17 de outubro e 5 de dezembro de 2015, e as alterações constam da escritura pública outorgada em 30 de março de 2016, no Cartório Notarial de Lisboa (Joaquim Mendes Lopes), NO livro 194 - A, a fls. 80.

Os estatutos encontram-se publicados no sítio oficial da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em: http://www.adfa-portugal.com e em http://www.publicacoes.mj.pt, com a indicação do Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) e a digitação do código de validação.

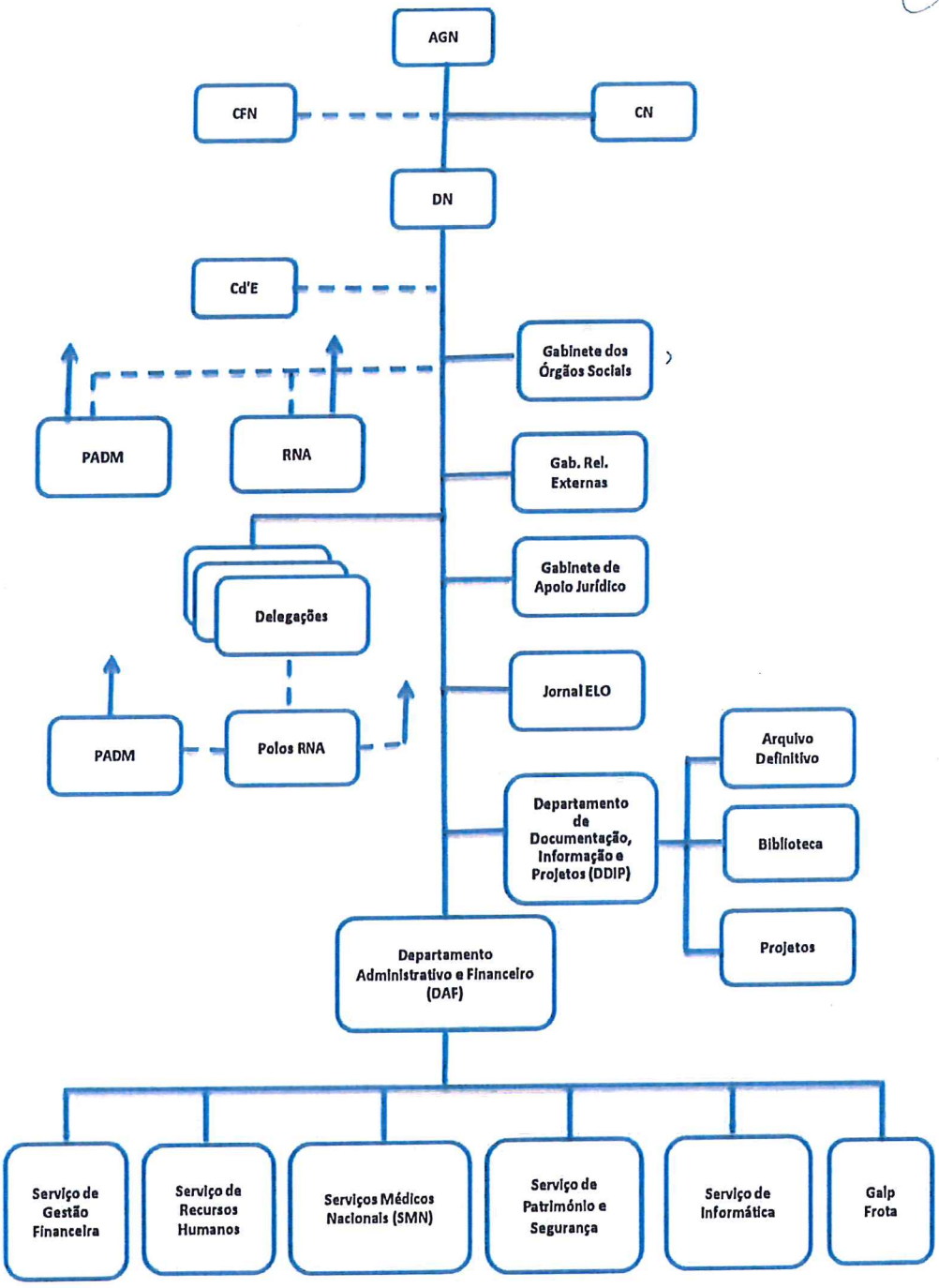
3 – Abrangência geográfica

A abrangência geográfica da ADFA estende-se a todo o continente, com Delegações em Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Porto, Setúbal, Vila Nova de Famalicão, Viseu, e nas Regiões Autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

A Delegação de Setúbal não elegeu Órgãos Sociais no último ato eleitoral, ocorrido a 26 de outubro de 2024, pelo que irá funcionar sob a alçada da Direção Nacional (DN).



4 – Estrutura organizacional



5 – Contexto externo

A ADFA mantém uma atuação diversificada e abrangente com o meio envolvente externo, estabelecendo uma cooperação constante com as estruturas governamentais, instituições militares e civis, como exemplificado no esquema seguinte.



6 – Orientações estratégicas

A atuação da ADFA para 2024 baseou-se nos objetivos delineados no plano de ação estratégica da Direção Nacional para o triénio 2022-2024, elencados na tabela seguinte.

Orientações estratégicas 2022-2024

Eixo I - Garantir a continuidade da ADFA

1 – Regresso dos associados à plena vida associativa, após as limitações impostas pelo COVID-19.

2 – Programa de alargamento do universo de associados pela aproximação aos familiares e aos deficientes das Forças de Segurança.

Eixo II - Reavaliação da estrutura da ADFA

1 – Racionalização da estrutura, de forma a maximizar a eficácia.

2 – Revisão estatutária, de forma a adaptar-se às futuras realidades e à situação interna, derivada do natural envelhecimento dos associados.

Eixo III - Atividade reivindicativa

1 – Dar continuidade à atividade reivindicativa, nos termos dos mandatos da Assembleia-Geral Nacional e do Conselho Nacional.

2 – Abertura ao diálogo com outras Associações e Instituições, no sentido da conjugação de esforços em prol da causa comum.

Eixo IV - Gestão e defesa dos trabalhadores

1 – Reconhecimento da importância dos trabalhadores no funcionamento da ADFA.

2 – Programa de valorização pessoal e profissional dos trabalhadores.

7 – Objetivos operacionais

Os objetivos operacionais foram definidos com base nas diversas áreas funcionais de atuação da ADFA, concentrando-se nas principais preocupações que envolvem questões relacionadas com a saúde e o envelhecimento, que se intensificam devido ao rápido processo de envelhecimento do universo associativo. Neste contexto, destacam-se as ações planeadas no âmbito do Sistema de Saúde Militar (SSM) e na oferta de produtos de apoio e dispositivos médicos. A nível local, mereceram destaque as iniciativas de cooperação com o HFAR, polos de Lisboa e Porto, ao nível do encaminhamento de processos para juntas, consultas e procedimentos aquisitivos de produtos de apoio e dispositivos médicos, com o Centro de Saúde Militar de Coimbra (CSMC) e a contínua colaboração com o Hospital da CUF Açores[1]. Esta colaboração garantiu aos associados residentes naquela Região Autónoma o acesso a serviços de saúde diferenciados, através do acordo entre o IASFA e a mencionada unidade de saúde.

As questões legislativas são uma das prioridades da ADFA, especificamente no respeitante à defesa e manutenção dos direitos dos deficientes militares. Para além disto, a revisão do atual edifício estatutário foi uma prioridade primordial, com previsão de continuidade e eventual conclusão em 2025.

No que diz respeito às atividades associativas, sociais e culturais, a ADFA procurou recuperar o dinamismo perdido nos últimos anos devido à pandemia, destacando-se, neste sentido, a preparação das comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril, do fim da Guerra Colonial e do 50.º aniversário da ADFA.

Em relação ao património e à gestão, a ADFA trabalhou no intuito de concluir a maioria dos seus objetivos.

No âmbito da cooperação externa, a ADFA deu continuidade às ações já iniciadas em parceria com as Associações congéneres dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tendo ficado aquém das iniciativas programadas no contexto da WVF.

Quanto ao protocolo com o MDN, a ADFA deu continuidade ao mesmo com êxito no campo da Rede Nacional de Apoio (RNA).

Relativamente aos projetos, a ADFA executou os programados em 2023, no âmbito do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), e candidatou-se para 2025. Ao nível do Arquivo Definitivo da

[1] Antigo Hospital Internacional dos Açores (HIA), que foi adquirido pelo grupo CUF, com um acordo em vigor desde o final de 2021.

ADFA, iniciou-se a primeira fase do tratamento documental da documentação histórica e o registo do arquivo fotográfico. Quanto ao Jornal ELO, ele continuará a difundir a informação disponível no sítio institucional da ADFA na Internet, bem como nas redes sociais.

Saúde, agravamento de deficiências e velhice					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
1	Pugnar para que o Laboratório Nacional do Medicamento preste os apoios e meios aos deficientes militares em eficácia e em tempo oportuno, ultrapassando os obstáculos burocráticos, utilizando meios legais existentes-relativamente ao fornecimento nas ajudas técnicas (próteses, ortóteses) e dispositivos médicos.	2	3	1	150%
2	Dispensar especial atenção aos problemas decorrentes do avançar da idade, ao avolumar das dificuldades com o agravamento das deficiências, dos deficientes militares, cônjuges e viúvas, de forma a complementar os meios oficiais, visto que não podem esperar *sine die* por meios de apoio.	5	8	3	160%
3	Atuar no sentido de inverter a tendência para o desmoronar da estrutura de apoio de saúde militar, e de atribuição de meios auxiliares de apoio, todos garantidos na letra dos referidos dispositivos legais, inclusive participando no estudo de uma nova estrutura legislativa, onde se afirma virem a ser acolhidas condições de sobrevivência, qualidade de vida e dignidade humana.	3	4	1	133%
4	Pugnar pela manutenção de direitos dos deficientes militares, a cuidado do Estado-Maior-General e Ramos das Forças Armadas, através de uma ação cuidada, mas bem informada, para que não venhamos a ser confrontados com perdas na satisfação das nossas fundamentais carências, as que correspondem ao direito constitucional de dispor do mais elementar apoio para o nosso bem-estar sanitário.	2	2	0	100%
5	Pugnar pelo modo de vida com dignidade, com total apoio das variadas vertentes que a saúde militar nos vem proporcionando, para a continuidade de uma qualidade de vida, no conceito de sermos uma parte integrante da Comunidade. No respeitante ao Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM), urge difundir internamente informação, através das Delegações e ELO, sobre a já ampla prestação de cuidados previstos neste item e de que vêm fruindo associados da ADFA, salientando-se, no essencial e de entre eles, a lata abrangência dos seus três eixos: • Não abdicar dos cuidados de saúde, legalmente atribuídos para a	2	3	1	150%

Saúde, agravamento de deficiências e velhice					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
5	*(Cont.)* qualidade de vida, designadamente a ser prestada aos portadores de grandes deficiências, e no apoio à velhice, que agrava deficiências e precipita a incapacidade física e psíquica dos seus portadores; • Garantir o apoio aos atingidos por deficiências psicológicas, como é o caso do stress pós traumático (PTSD), tal como a capacidade de procurar os carentes de tais apoios, promovendo-se em paralelo a formação, acompanhamento e suporte aos familiares e ou cuidadores de todos os apoiados; • Desenvolver serviços de apoio domiciliário e de residências protegidas, sendo estrutura referenciada, neste tipo de capacidade de acompanhamento, o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, do qual se anseia, face ao seu recente Regulamento, a continuidade no acolhimento aos grandes deficientes militares, abrindo-se-lhe vertentes no acompanhamento e internamento de deficientes profundos, tal como para acolhimento de grandes deficientes em simultâneo com os seus cônjuges.	2	3	1	150%
6	Sensibilizar o Ministério da Defesa Nacional para a criação de protocolos entre ele e estruturas de apoio de residências protegidas, com base na larga cobertura de instalações do género, como é o caso das "Misericórdias" e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), para que se estenda a todo o país idêntica capacidade de receção e recolhimento em circunstâncias iguais, de modo a garantir a igualdade de oportunidades.	1	2	1	200%
7	Continuar o reforço dos contatos com os responsáveis do Centro de Saúde Militar de Coimbra, tendo como objetivo manter o CSMC aberto com todas as valências que teve no passado recente e com o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra, para reforçar a necessidade de interação com os sistemas de saúde civis.	3	1	-2	33%
8	No âmbito da convenção IASFA/HIA (Ilha de S. Miguel) continuar a assegurar aos associados um acompanhamento constante, como fator essencial da sua qualidade de vida e melhoria dos cuidados de saúde, propondo-se: a) Divulgar junto dos associados e suas famílias a existência da convenção e seus parâmetros; b) Fazer o levantamento do número de associados interessados em registar-se no HIA, marcar consultas e/ ou exames complementares de diagnóstico;	1150	1252	102	109%

Saúde, agravamento de deficiências e velhice					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
8	*(Cont.)* c) Orientar para todos os aspetos da logística, nomeadamente junto dos associados de outras ilhas e gerir os internamentos, quando aquele não tiver meios de apoio; d) Intermediar a relação médico-paciente, sempre que se mostre necessário; e) Monitorizar e acompanhar as situações que exijam seguimento; f) Esclarecer os associados de aspetos relativos à faturação e articular, sempre que necessário, com os serviços de gestão financeira do HIA.	1150	1252	102	109%
9	Pugnar pelo bom funcionamento do Sistema de Saúde Militar, com especial atenção para o HFAR Polo do Porto, rejeitando qualquer intervenção por parte da tutela que implique a sua desvalorização como unidade de saúde dos militares e suas famílias.	2	11	9	550%

A salvaguarda dos direitos conquistados pelos deficientes militares foi também uma das prioridades da ADFA, ao mesmo tempo que defendeu as questões legislativas que mais preocupações geram ao universo associativo, cujas ações se encontram elencadas na tabela seguinte.

Primordiais preocupações legislativas da ADFA					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
10	Continuar a defender intransigentemente o Decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, e legislação subsequente, tida como a base jurídica estatutária dos DFA, tal como o alargamento das bases desse conceito a todos os deficientes militares, considerando que a especificidade do serviço das Forças Armadas, e os riscos que comporta, exige enquadramento legal diferenciado.	6	8	2	133%
11	Negociar com tenacidade e argumentação bem fundamentada, técnica e financeiramente, de todo o edifício legislativo, consubstanciado pelo Conselho Nacional (CN) e pela AGN, de acordo com o Programa Eleitoral, amplamente plebiscitado na Assembleia Geral Nacional Ordinária (AGNO) de 1 de abril de 2023, na alocução do Presidente da DN, proferida no correspondente ato de posse, e nas resoluções posteriores da AGN e CN.	4	4	0	100%
12	Prosseguir com as tarefas assumidas no Programa Eleitoral, tendo a ADFA que reafirmar *ab initio* todo o seu caderno reivindicativo, para o claro esclarecimento do Ministério da Defesa Nacional.	2	4	2	200%

O executivo abordou a alteração do atual edifício estatutário, no entanto, o processo não foi concluído, tendo sido adiado para 2025. Em relação às demais iniciativas, A DN desencadeou um conjunto significativo de ações, conforme discriminado na seguinte tabela.

Abordagem da alteração do atual edifício estatutário					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
13	Reorientar os objetivos e ideário dos Estatutos, atendendo à idade, dificuldades e carências dos associados de hoje, e do futuro, para elaborar o Regulamento Geral da ADFA.	3	6	3	200%
14	Pugnar pelo regresso dos sócios à vida associativa plena e eventual inovação no universo do seu recrutamento, criando formas inovadoras e empáticas para o seu pleno e sereno regresso, e abrindo ainda o acesso, com condições de direitos e deveres a definir, a novos candidatos, deficientes militares, equiparados e eventualmente Guarda Nacional Republicana (GNR) e trabalhadores da ADFA com mais de seis anos de serviço.	6	8	2	133%
15	Prosseguir com investimento em informação sobre a ADFA junto das estruturas militares, de molde a sensibilizar os novos deficientes, designadamente os oriundos das campanhas humanitárias e de manutenção da paz, que ela não se destina unicamente a apoiar os marcados pelas circunstâncias da "Guerra Colonial".	2	3	1	150%
16	Continuar com o emagrecimento de Órgãos Sociais, assentes na adequação e adaptação de estruturas orgânicas a nível nacional e local.	2	6	4	300%
17	Aligeirar e agilizar as estruturas associativas - Sede, Delegações ou Núcleos, tornando-as mais eficientes.	2	6	4	300%
18	Prosseguir com o aperfeiçoamento do estatuto em relação aos Açores e Madeira, tendo como partida o ordenamento jurídico das Regiões Autónomas.	2	2	0	100%

No que diz respeito às atividades associativas, sociais e culturais, destaca-se a concretização de todas as reuniões estatutárias, bem como as celebrações dos aniversários da sede nacional e das Delegações e os almoços-convívio de Natal. Um dos momentos mais marcantes da atividade associativa foi o Encontro Nacional em Coimbra e a Sessão Solene Comemorativa dos 50 Anos da Criação da ADFA, realizada no dia 14 de maio no Auditório Marquês de Sá da Bandeira, na Academia Militar na Amadora. A sessão foi presidida pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e contou com a presença das mais altas entidades civis e militares.

Quanto aos objetivos estabelecidos, o n.º 26 não foi concretizado devido à falta de condições para a sua realização, sendo adiado para o ano seguinte. Já o objetivo n.º 27 não foi alcançado, devido à baixa adesão dos associados.

Atividade associativa, social e cultural					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
19	Insistir na proximidade e companheirismo entre os OSN, tendentes a uma intensa capacidade de abordagem mais lata de consensos que permitam amplas e capazes decisões nas questões mais intensas e carentes de definição.	2	6	4	300%
20	Continuar o programa das comemorações do 50.º Aniversário da ADFA, no qual constem as ações a desencadear a nível nacional e local no âmbito deste evento.	4	12	8	300%
21	Realizar, no âmbito do 50.º Aniversário do Jornal ELO, uma conferência com a imprensa em geral e a militar em particular.	1	0	-1	0%
22	Encetar e desenvolver iniciativas com o objetivo de ser firmada uma relação, tão estreita quanto possível, entre os 50 anos do"25 de Abril", e o surgimento da ADFA, nomeadamente com a Comissão das Comemorações, em atos comemorativos que se irão desenrolar no próximo ano, com a envolvência de Instituições e dos PALOP.	2	2	0	100%
23	Continuar a promover, ações que facultem o claro esclarecimento das suas várias abrangências e virtualidades, entendida a necessidade do conhecimento e interesse, por parte dos associados, do projeto e intervenções do PADM.	1	2	1	200%
24	Criar as bases de um projeto, a desenvolver na Sede Nacional, com o intuito de implementar um Centro de Apoio ao Envelhecimento Ativo.	1	1	0	100%
25	Desenvolver ações de sensibilização, junto das escolas, sobre a Guerra Colonial e suas consequências, o 25 de Abril, a ADFA, os direitos conquistados, a reabilitação e integração dos deficientes militares e os direitos humanos das pessoas com deficiência.	35	71	36	203%
26	Retomar as atividades ocupacionais de pintura, informática e de reabilitação, com o intuito de promover o envelhecimento ativo.	50	0	-50	0%
27	Organizar e promover atividades de lazer, com o objetivo de promover o envelhecimento ativo e combater o isolamento social, através da realização de visitas guiadas e convívios.	10	5	-5	50%

No tocante à gestão patrimonial, a ADFA assumiu a posse da Quinta das Camélias, anteriormente designada como PM 41 Lisboa, após a cedência definitiva feita pelo Estado, conforme acordado em 16 de novembro de 2022. A Cooptécnica – Gustave Eiffel, CRL, que ocupa o espaço, não cumpriu a entrega após o término do contrato de arrendamento em 31 de agosto de 2023, apesar de ter sido contatada para o efeito. A proposta dessa entidade para aquisição do imóvel foi considerada irrisória pela ADFA, que decidiu não aceitar a oferta, encetando contactos com a edilidade lisboeta.

Quanto à concretização dos objetivos no âmbito do património e gestão, destaca-se que o objetivo n.º 35 foi parcialmente cumprido, com a instalação de parte do mobiliário, embora não tenha sido concluído na totalidade.

Património e gestão					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
28	Adequar a rentabilização dos espaços, flexibilizar os serviços e adequar as presentes e futuras necessidades dos associados, com aberturas de harmonia com a procura, coordenando presenças aos dias e horas predefinidos de funcionamento da Sede Nacional e das Delegações.	1	1	0	100%
29	Efetuar uma adaptação do quadro de pessoal às reais necessidades, numa reestruturação generalizada a nível do todo nacional, incluindo nela os eventuais períodos interpolados a praticar nos aludidos horários de funcionamento.	1	1	0	100%
30	Realizar uma gestão estratégica e corrente da ADFA, em coordenação generalizada de contabilidade, orçamentos, receitas e custos, implementando a gestão por centros de custos e procurando a diversificação de fluxos de financiamento de forma variada e externa, atendendo a que a receita das quotas tem tendência para diminuir, em função do significativo aumento de falecimentos dos associados, a prática de um criterioso controlo da necessidade de novos investimentos e da manutenção do nível dos centros de custos.	1	1	0	100%
31	Avaliar o processo de reequacionamento da função social e associativa das áreas da Restauração e Bar, tal como da sua capacidade de angariação de utentes externos, numa dinâmica que as faça regressar a espaços prósperos, agradáveis e autossustentáveis.	1	1	0	100%
32	Definir a rigorosa utilidade e manutenção do património edificado pertença da ADFA, com o desejável acompanhamento, por parte do arquiteto e dos engenheiros que projetaram e acompanharam a construção da Sede Nacional: • Na Sede Nacional, urge continuar com o sistema de obras em curso e cuidar do seu prosseguimento, no sentido da conservação da estrutura e de um melhor aproveitamento dos espaços desocupados e eventualmente a disponibilizar: o Proceder à remoção do telhado de amianto do edifício da Sede Nacional e à sua substituição por material sustentável; o Realizar a pintura do edifício da Sede Nacional da ADFA, designadamente da fachada, tardoz e empenas norte e sul; o Construir instalações sanitárias no piso 1, ala sul do edifício da Sede, para suprir as necessidades decorrentes da idade e problemas de saúde dos dirigentes, dada a grande distância	4	4	0	100%

Património e gestão					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
32	o *(Cont.)* a que se encontram as únicas casas de banho do piso situadas no topo da ala norte. • Prosseguir a busca de um projeto para a Quinta das Camélias, agora que a ADFA já entrou na sua posse plena; • Acompanhar empenhadamente o avanço do Instituto de Reabilitação ADFA (IR-ADFA) – Associação de Apoio Integrado (antigo CAIP- Centro de Apoio Integrado do Porto).	4	4	0	100%
33	Prosseguir e compartir com os dirigentes locais os respetivos labores de vistoria, conservação e manutenção das instalações das Delegações do Porto, Açores, Coimbra, Setúbal e Viseu.	1	3	2	300%
34	Continuar com a promoção de uma campanha de intensificação de informação e seu tratamento, que com a imprescindível atualização e correção dos dados existentes na Gestão Integrada de Sócios (GIS), proporcionem segurança e credibilidade aos estudos de todos os géneros, em que compita aos Órgãos Sociais Nacionais (OSN) empenhar-se, divulgar e defender.	1	1	0	100%
35	Criar um grupo de trabalho para definir e organizar o Centro de Documentação e Memória do Porto, desejavelmente a instalar no último piso do edifício da Delegação e desenvolver iniciativas que visem potenciar o espaço e os equipamentos.	2	1	-1	50%
36	Continuar a desenvolver no âmbito do Departamento de Apoio Integrado (DAI) as seguintes ações: • Promover respostas do âmbito clínico, terapêutico e ocupacional; • Fornecer uma resposta articulada entre as esferas clínica e social inserida na comunidade; • Potenciar a qualidade de vida dos utentes a que dá resposta; • Favorecer a integração social, combatendo a solidão e o isolamento; • Encontrar alternativas para a institucionalização e o internamento, trabalhando em sintonia com as diretrizes do Plano Nacional de Saúde Mental; • Funcionar como uma resposta descentralizada ao nível dos serviços de saúde mental.	6	6	0	100%

No que concerne ao relacionamento externo, a ADFA focou a sua atuação nas questões de apoio aos deficientes militares, na visibilidade e defesa dos seus direitos, destacando-se diversas iniciativas. Entre as visitas e audiências realizadas, ressalta-se a visita da Ministra da Defesa

Nacional à Delegação do Porto da ADFA, no dia 1 de março, e a audiência com o Ministro da Defesa Nacional, em junho, para discutir temas como o serviço de saúde militar, ajudas técnicas e pensões de viúvas e deficientes militares. Em setembro, houve uma audiência com o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, para debater as reivindicações da ADFA, e, em março, foi realizada uma audiência solicitada ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com foco nos deficientes militares. A ADFA também se reuniu com o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas, para discutir a acessibilidade à nossa sede nacional, por parte dos deficientes militares, e com o presidente do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, sobre questões de saúde.

No referente aos eventos comemorativos, a ADFA participou das comemorações oficiais do 25 de Abril, com reuniões do Grupo de Trabalho para as comemorações dos 50 anos da Revolução, incluindo as sessões específicas e a colaboração com outras organizações. Também esteve presente no lançamento de livros, sessões de esclarecimento e na celebração de datas como o 106º Aniversário do Armistício da Grande Guerra e o 50º Aniversário do fim da Guerra do Ultramar.

Em termos de parcerias e colaborações, a ADFA participou em "fora" e sessões sobre inclusão social e acessibilidade para pessoas com deficiência, em colaboração com o INR, além de manter parcerias com Associações e Organizações Não Governamentais (ONG) de e para pessoas deficientes na discussão de propostas de políticas de não institucionalização.

A ADFA também prestou apoio a livros como "*G3: A Grande Arma Nacional*" e "*Memórias Minhas*", com presença nos correspondentes eventos de lançamento.

Para além de tais atividades, diversas entidades, incluindo o IASFA, realizaram visitas à ADFA, que manteve também reuniões com partidos políticos, relacionadas com as eleições legislativas de 2024.

Também se discutiram questões relacionadas com a situação de saúde dos deficientes militares e as condições dos serviços prestados pelo HFAR, para além das dificuldades em relação à subvenção da ADFA e à cobrança das quotas, que foram afetadas pelo elevado número de falecimento de associados.

Neste contexto, os objetivos delineados nos N.ºs 42 e 43 não se concretizaram, o primeiro por ter sido cancelado pela WVF, enquanto o segundo por impossibilidade de ação dessa Federação, o que impediu o seu desenvolvimento e execução conforme o planeado.

Relacionamento externo da ADFA					
Nº	Objetivo/Ação	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
37	Prosseguiram-se e aperfeiçoaram-se os contactos com a-Presidência da República, Assembleia da República, Comissões e Grupos Parlamentares, tal como com os Ministérios.	5	22	17	440%
38	Continuou a estreitar-se a ligação às Associações de militares e às organizações de antigos combatentes nacionais e estrangeiros, nomeadamente com a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.	5	8	3	160%
39	Aprofundou-se e interveio-se nas "Políticas da Reabilitação", com os organismos e Associações ligadas à deficiência.	4	3	-1	75%
40	Promoveu-se e recolheu-se conhecimento das atividades das autarquias e outras estruturas de carácter local, da deficiência e de antigos combatentes.	12	42	33	350%
41	Manteve-se a cooperação com o Centro de Reabilitação Profissional (CRPG), no sentido de potenciar: • A gestão do PADM, cuja coordenação técnica cabe àquela estrutura de reabilitação, serviço de relevância para os deficientes militares e seus cônjuges; • Através da coordenação técnica do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), desenvolveram-se formas de intervenção de interesse para o CRPG e a Delegação do Porto.	2	2	0	100%
42	Envidaram-se esforços para a ADFA poder vir a participar nas ações a realizar pela WVF, designadamente na Assembleia-Geral e no Congresso Mundial de Veteranos.	2	0	0	0%
43	Idealizou propor-se à WVF, em função da sua evolução, um evento a realizar em Portugal no âmbito da cooperação com aquela Federação.	1	0	-1	0%

No âmbito do protocolo com o MDN - RNA aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de *stress* durante o serviço militar, sensibilizou-se aquele Ministério para os objetivos previstos pela ADFA e que se concretizaram na íntegra, conforme se demonstra no quadro seguinte.

A execução do objetivo n.º 44 encontra-se refletida na demonstração por valências e polos da RNA no quadro 1, do apêndice 1.

Rede Nacional de Apoio					
Nº	Objetivo/Ação	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
44	Continuar a proceder À realização do acompanhamento de antigos combatentes e seus familiares, nas valências de Clínica Geral, Psicologia, Psiquiatria e Serviço Social.	1912	2101	189	110%
45	Desenvolvimento de ações de promoção e divulgação	1	1	0	100%

No contexto dos projetos, destaca-se que o objetivo n.º 46 não foi integralmente concretizado, uma vez que foi submetido à apreciação na reunião do Conselho de Executivos (Cd'E), de 26 de março, mas não recebeu parecer sobre o plano operacional, conforme era previsto. Também na reunião do CN de 6 de abril, após um extenso debate, o plano foi submetido à votação, resultando em 8 votos favoráveis, 8 contra e 3 abstenções, sem que o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral Nacional (MAGN) tenha utilizado o voto de desempate, na sua qualidade.

Considerando que nas diversas votações realizadas o projeto não foi nem aprovado nem rejeitado, pondera-se que venha a ser retomado em 2025.

Relativamente ao objetivo 47 ficou por concretizar a formação, que iniciou em fevereiro de 2025. O acordo de cooperação com o ADN manteve-se ao longo do ano, ficando em falta a assinatura do protocolo entre o MDN e a ADFA.

No decorrer de 2024, a ADFA desenvolveu o projeto intitulado "*50 Anos de Democracia na Reabilitação e Inclusão das Pessoas com Deficiência*", cuja candidatura foi submetida em 2023, E desenvolveu 31 atividades. Este projeto foi cofinanciado pelo Programa Nacional de Financiamento a Projetos do INR, I.P. 2024. Com uma duração de seis meses, o projeto teve como objetivo promover uma sociedade mais inclusiva por meio de ações de sensibilização em todo o país, alcançando tanto a comunidade escolar e acadêmica quanto a população em geral. A iniciativa contou com a parceria da empresa Polychromeer na criação do cartaz do projeto.

O desenvolvimento deste projeto envolveu a DN da ADFA e as suas Delegações nas respetivas áreas de delimitação de Açores, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Madeira, Setúbal e Viseu, abrangendo um total de 29 instituições. A população-alvo principal foram as pessoas com deficiência, embora as ações também tenham sido direcionadas ao público em geral, com especial foco nas faixas etárias mais jovens. No entanto E de acordo com os resultados obtidos nos inquéritos realizados, verificou-se que um número considerável de participantes apresentava uma ou mais deficiências. No total, 2.689 pessoas participaram nas ações, das quais 837 responderam ao questionário de avaliação.

Os principais objetivos do projeto consistiram em sensibilizar a população sobre a importância dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência, promover a inclusão e a igualdade dessas pessoas na sociedade, e apresentar o percurso da ADFA no desenvolvimento de medidas de apoio que promovem a autonomia e independência das pessoas com deficiência.

Projetos					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
46	Dar continuidade ao projeto Instituto de Reabilitação ADFA – Associação de Apoio Integrado (antigo CAIP), cujo plano estratégico de criação foi aprovado em CN e ratificado pela AGN, de 12 de junho 2021, com a recomendação para que a Direção de Delegação, em articulação com a DN, elaborem um plano operacional e o submetam a aprovação do CN, no sentido de prosseguir com a implementação deste projeto.	6	5	-1	83%
47	Concluir a implementação do Arquivo definitivo da Associação em espaço próprio para o tratamento e acomodação dos fundos documentais; realizar formação em gestão integrada de arquivo; aplicar o quadro de classificação; estabelecer um protocolo de cooperação com o Arquivo da Defesa Nacional, no âmbito do tratamento documental e do apoio técnico e logístico, com o intuito de preservar o património arquivístico da ADFA.	4	3	-1	75%
48	Desencadear o processo de candidatura ao Programa de Financiamento a Projetos para 2025, pelo INR, I.P., bem como ao Apoio ao Funcionamento 2025, ambos direcionados para as Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD).	2	2	0	100%

O Jornal ELO constitui uma fortíssima ligação com os seus leitores, especialmente com os associados e as Delegações da ADFA. Contribui profunda e empenhadamente para a união e coesão DA Associação e é um privilegiado meio de comunicação com a sociedade portuguesa, pois é enviado, sem interrupções, a todos os Órgãos de Soberania, às Entidades Civis, Públicas ou Privadas e à Instituição Militar.

A Equipa do ELO também teve sob sua responsabilidade a gestão da informação no sítio da ADFA na Internet e os contactos com a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e outras entidades escrutinadoras da Comunicação Social.

No contexto atual da ADFA, em 2024, e como nos anos anteriores, a angariação de novos anunciantes tem-se mostrado inviável, pois o ELO não dispõe dos recursos necessários para a gestão das questões relacionadas com a publicidade. Desta forma, aconselha-se a contratação de um profissional ou de uma agência de meios que possa processar a divulgação do espaço

publicitário disponível, bem como tratar dos contratos que venham a ser celebrados e a correspondente faturação e do respetivo processamento administrativo.

Durante o ano de 2024, não foi possível realizar ações de formação profissional da equipa de redação.

Jornal ELO					
Nº	Objetivo/Ação	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
49	Continuar a participar no projeto de revitalização financeira da ADFA.	16	15	-1	94%
50	Responder às solicitações da Plataforma da Transparência da Entidade Reguladora da Comunicação Social, bem como às interações com outros organismos reguladores da Comunicação Social (Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas, Sindicato dos Jornalistas e outros).	4	4	0	100%
51	A equipa do ELO dará o seu contributo na preparação de eventos ou iniciativas no âmbito do 50.º Aniversário do 25 de Abril, da ADFA e do Jornal.	4	4	0	100%
52	No âmbito do 50.º aniversário, coordenar a edição de uma publicação especial.	1	1	0	100%

No contexto administrativo e financeiro, a execução dos objetivos N.ºs 54 e 55, não se concretizou, respetivamente, por acarretar custos adicionais para a ADFA e à falta de cabimento orçamental. Quanto ao objetivo n.º 57, a sua implementação não foi realizada na totalidade, uma vez que a sala originalmente planeada para a instalação do controlo de acesso foi destinada para outros fins.

Departamento Administrativo e Financeiro					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
53	Renovar e atualizar o parque informático da ADFA (hardware e software), para uma melhor performance dos equipamentos.	4	4	0	100%
54	Implementar junto dos associados o pagamento de quotas via referência multibanco, através da plataforma de Gestão Integrada de Sócios (GIS).	1	0	0	0%
55	Alterar a estrutura de voz/central telefónica por central via *Cloud*.	1	0	0	0%
56	Renegociar o contrato com a GALP, para a obtenção de melhorias de condições de desconto relativos aos cartões GALP Frota e GALP Eletric.	1	1	0	100%
57	Manter os métodos de monitorização de controlo de acesso ao Edifício da Sede Nacional/salas.	2	1	-1	50%
58	Manter o reporte do desempenho mensal dos Serviços Médicos Nacionais (SMN), no respeitante às metas orçamentais globais.	12	12	0	100%

Departamento Administrativo e Financeiro					
Nº	Objetivo	Previsto	Realizado	Desvio	Grau de execução
59	Implementar e desenvolver um mapa de controlo da receção e execução da contabilidade das Delegações.	1	1	1	100%

8 – Recursos humanos

A ADFA contou com uma estrutura sólida e diversificada de recursos humanos, formada por voluntários nos órgãos sociais, além de trabalhadores e colaboradores que garantiram a continuidade das suas atividades.

Após as eleições de 26 de outubro para o triénio 2025-2027, os Órgãos Sociais da ADFA, tanto na Sede Nacional quanto nas Delegações, passaram a contar com 178 associados que desempenham funções voluntárias (ver quadro 1). Este trabalho voluntário é essencial para a gestão estratégica e operacional da ADFA, conforme o artigo 17.º, parágrafo 1, dos Estatutos, que determina que os dirigentes atuam de forma *pro bono*. Para além dos voluntários, a ADFA inclui trabalhadores remunerados e prestadores de serviços, cujas funções são fundamentais para o bom funcionamento da Associação, conforme demonstrado no quadro 2. Este conjunto de recursos humanos permite à ADFA flexibilidade para enfrentar desafios e atingir os seus objetivos, mantendo-se fiel aos seus princípios.

Em 2024, a ADFA integrou nos seus quadros mais funcionários e decidiu equiparar os salários dos Técnicos Superiores com a tabela da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, resolvendo uma questão até então ambígua.

Quadro n.º 1 - Órgãos Sociais

Âmbito	Categoria	Área de atividade	Nº	%
Nacional	Dirigentes	Órgão Deliberativo[2]	20	11,24
		Órgão Executivo[3]	5	2,81
		Conselho Fiscal[4]	3	1,69
Local		Órgão Deliberativo[5]	72	40,45
		Órgão Executivo[6]	45	25,28
		Conselho Fiscal[7]	33	18,54
		Total:	**178**	**100,00**

[2] Engloba os elementos que compõem a MAGN e o CN (efetivos e suplentes).

[3] Inclui os membros que integram a DN.

[4] Abrange os elementos do CFN.

[5] Compreende as Mesas de Assembleia Gerais de Delegação e Conselho de Delegação (Açores, Coimbra, Porto e Vila Nova de Famalicão).

[6] Abrange as Direções de Delegações.

[7] Integra todos os Conselhos Fiscais de Delegação.

Quadro n.º 2 - Trabalhadores e Colaboradores					
Âmbito	**Carreira/Categoria**	**Área de atividade**	**Nº**	**Total**	**Total geral**
Nacional	Técnico superior	Jurídica; Psicologia; Contabilidade, Documentação e Informação, Serviço Social	5	**12**	**23**
	Técnico de computadores III	Informática	1		
	Técnico de computadores I		1		
	Técnico de contabilidade III	Contabilidade	1		
	Técnica de secretariado	Serviços administrativos	1		
	Assistente administrativa de 1.ª	Serviços Médicos Nacionais	1		
	Cozinheira de 2.ª	Restauração	1		
	Motorista	Serviços de apoio	1		
	Prestadores de Serviços	Jurídica	1	**11**	
		Comunicação Social	1		
		Saúde	7		
		Segurança	2		
Local	Técnico superior	Psicologia e Serviço Social	3	**31**	**45**
	Técnico administrativo	Serviços administrativos	5		
	Assistente administrativo de 1.ª		9		
	Assistente administrativo de 2.ª		1		
	Assistente administrativo de 3.ª		1		
	Terapeuta ocupacional		2		
	Auxiliar de ação direta		1		
	Motorista	Serviços de apoio	4		
	Cozinheira de 2.ª	Restauração	2		
	Trabalhador de limpeza	Limpeza	3		
	Prestadores de Serviços[8]	Técnicos (Saúde, Jurídico, Psicologia, Serviço Social e Informática)	14	**14**	
		Total	**68**	**68**	**68**

[8] Distribuídos pelas Delegações do Porto (7), Açores (3), Madeira (3) e Famalicão (1).

9 – Recursos financeiros

As principais fontes de financiamento da ADFA incluem a subvenção do MDN e a receita proveniente das quotas dos associados. Além destas, a ADFA também obtém tais recursos a partir de outras fontes, como a restauração, os serviços médicos nacionais, os donativos e outros, que o quadro 3 evidência.

Quadro n.º 3 - Recursos Financeiros

Fontes de financiamento	Valor	%
Subsídios e apoio ao funcionamento	721.010	39€
Quotização	583.599	32
Donativos	103.056	6
Outros	424.779	23%
Total	**1.832.444**	**100%**

10 – Demonstrações financeiras, notas explicativas e parecer do Conselho Fiscal

ADFA - Sede

BALANÇO INDIVIDUAL da Sede de 2024

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2024	2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2 975 211,84	2 978 829,78
Propriedades de investimento		415 599,57	415 599,57
		3 390 811,41	3 394 429,35
Activo corrente			
Clientes		2 809,43	4 043,79
Outras contas a receber		618 347,18	1 768 895,05
Diferimentos		3 985,15	3 872,98
Caixa e depósitos bancários		190 935,48	112 698,99
		816 077,24	1 889 510,81
Total do activo		4 206 888,65	5 283 940,16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Outras reservas		186 445,58	186 445,58
Resultados transitados		550 947,41	474 521,10
Outras variações no capital próprio		2 985 587,57	2 956 000,26
		3 722 980,56	3 616 966,94
Resultado líquido do período		53 862,79	56 156,93
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do capital próprio		3 776 843,35	3 673 123,87
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		8 790,45	2 936,99
Estado e outros entes públicos		18 939,76	19 868,29
Financiamentos obtidos		809,93	3,61
Outras contas a pagar		377 120,96	1 555 877,46
Diferimentos		24 384,20	32 129,94
		430 045,30	1 610 816,29
Total do passivo		430 045,30	1 610 816,29
Total do capital próprio e do passivo		4 206 888,65	5 283 940,16

ADFA-Sede

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - Sede

dezembro 24

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2024	2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		171 598,49	182 874,57
Subsídios à exploração		1 039 682,00	926 874,00
Fornecimentos e serviços externos		-394 623,30	-387 612,26
Gastos com o pessoal		-835 019,78	-754 016,30
Outros rendimentos e ganhos		152 924,98	148 598,86
Outros gastos e perdas		-61 906,73	-42 931,94
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		72 655,66	73 786,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-18 823,48	-17 660,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		53 832,18	56 126,57
Juros e rendimentos similares obtidos		30,61	30,36
Resultado antes de impostos		53 862,79	56 156,93
Resultado líquido do período		53 862,79	56 156,93

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ANO DE 2024

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3	4.196.776,21	4.222.453,07
Propriedades de Investimento	3	415.599,57	415.599,57
Activos Intangíveis		3.392,23	3.392,23
		4.615.768,01	4.641.444,87
Activo corrente			
Inventários	4	13.640,85	13.388,02
Clientes		4.621,93	5.606,29
Adiantamentos a Fornecedores		0,00	0,00
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	5	141.939,25	122.527,83
Diferimentos		8.394,03	8.506,91
Caixa e depósitos bancários	6	776.683,49	699.146,20
		945.279,55	849.175,25
Total do activo		**5.561.047,56**	**5.490.620,12**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Outras reservas	7	815.649,76	815.649,76
Resultados Transitados		1.318.397,97	1.239.797,15
Outras variações no capital próprio	8	3.258.087,57	3.283.171,01
		5.392.135,30	5.338.617,92
Resultados líquido do período		21.600,75	82.187,43
Total do capital próprio		**5.413.736,05**	**5.420.805,35**
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		15.164,40	11.092,63
Estado e outros entes públicos	9	27.305,18	23.080,73
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos		809,93	3,61
Outras contas a pagar	10	79.083,63	2.851,69
Diferimentos		24.948,37	32.786,11
		147.311,51	69.814,77
Total do passivo		**147.311,51**	**69.814,77**
Total do capital próprio e passivo		**5.561.047,56**	**5.490.620,12**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
Vendas e serviços prestados	11	874.930,08	871.150,18
Subsídios à exploração	12	575.340,08	518.942,65
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13	-38.280,28	-38.673,28
Fornecimentos e serviços externos	14	-708.104,65	-699.291,56
Gastos com pessoal	15	-857.639,40	-777.231,79
Outros rendimentos e ganhos	16	380.840,85	404.944,59
Outros gastos e perdas	17	-144.169,70	-134.561,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**82.916,98**	**145.279,12**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	-62.018,53	-63.030,37
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**20.898,45**	**82.248,75**
Juros e rendimentos similares obtidos		1.269,91	52,68
Juros e gastos similares suportados		-567,61	-114,00
Resultado líquido do período		**21.600,75**	**82.187,43**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

A Direção Nacional

António Manuel Pereira Neves	**Presidente**
José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes	**Vice-Presidente**
Armindo Marques Matias	**Tesoureiro**
Cândido Manuel Patuleia Mendes	**Secretário**
José Carlos Ferreira Pavoeiro	**Vogal**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. INTRODUÇÃO

A ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, adiante designada por Associação, é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, fundada 14 de Maio de 1974 tendo como objetivo a defesa e a promoção dos interesses sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus Associados.

Tem a sua sede em Lisboa e Delegações em Lisboa, Porto, Coimbra, Famalicão, Faro, Évora, Viseu, Bragança, Castelo Branco, Setúbal, Funchal e Ponta Delgada.

Para fazer face às despesas com o seu funcionamento a Associação conta essencialmente com a quotização paga pelos seus Associados (Nota 11) e com um subsídio do Ministério da Defesa Nacional (Nota 12).

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos seus registos contabilísticos.
A partir de 1 de Janeiro de 2010 foram adoptadas as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standard Board.
A partir de 2012 a Associação passou a utilizar na elaboração das suas contas o Regime de Normalização Contabilística aplicável às Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, utilizando na apresentação das Demonstrações Financeiras o modelo aplicável às ESNL, aprovado pela Portaria nº 105/2011, de 14 de março.

2.2 Activos Fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados para uso administrativo são registados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada.
As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

2.3 Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração concedidos pelo Estado são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados da Associação (Nota 12).

2.4 Inventários

Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição.

2.5 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

2.6 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas e prestações de serviços são reconhecidos no período em que são prestados.

2.7 Procedimentos de Consolidação

O impacto nas contas consolidadas dos procedimentos de consolidação verificou-se ao nível das contas de Devedores e Credores, Custos e Proveitos, cujos saldos de igual montante e de sinal contrário, entre a Sede e as Delegações, foram anulados por compensação de valores.

3. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	2024	2023
Edifícios e Outras Construções	4.699.336	4.687.207
Equipamento Básico	492.014	478.839
Equipamento de Transporte	139.741	130.841
Equipamento Administrativo	770.992	767.066
Outras Imobilizações Corpóreas	113.965	107.411
Amortizações Acumuladas	-2.019.272	-1.948.911
Investimentos em Curso	415.600	415.600
Valor Líquido de Balanço	**4.612.376**	**4.638.053**

O valor dos Edifícios tem essencialmente a sua origem na Sede (3.112.004€), na Delegação no Porto (1.068.725€) e na Delegação nos Açores (265.209€).

4. Inventários

	2024	2023
Mercadorias – Bar/Restaurante	2.464	2.529
Matérias-Primas – Bar/Restaurante	2.693	2.375

Material de Dinamização	5.015	5.015
Material Ajudas Técnicas	3.470	3.470
Total	**13.641**	**13.388**

5. Contas a Receber

	2024	2023
Devedores	0	15
Cauções	4.070	4.070
Devedores Diversos	137.869	118.443
Total	**141.939**	**122.528**

A rubrica de Devedores Diversos contempla o valor devido pelo IASFA no montante de 8.873 euros.

6. Caixa e Depósitos Bancários

	2024	2023
Caixa	26.660	9.995
Depósitos	750.023	689.151
Total	**776.683**	**699.146**

7. Outras Reservas

Estas reservas foram constituídas por transferência dos Resultados Transitados anteriores ao exercício de 2002.

8. Outras Variações no Capital Próprio

	2024	2023
Subsídios	3.044.183	3.019.596
Doações	213.904	263.575
Total	**3.258.088**	**3.283.171**

Os Subsídios foram na sua maior parte destinados à construção da Sede da Associação, inaugurada em Novembro de 1993, tendo sido concedidos pelos então Ministérios da Defesa Nacional, do Trabalho e das Obras Públicas. Incluem ainda o valor recebido da Câmara Municipal de Lisboa (334.195 euros) pela cedência do direito de superfície relativo a parte

do edifício da Quinta das Camélias, para instalação do Centro de Acolhimento de Refugiados.

As Doações foram recebidas de Associados e outras entidades tendo-se destinado à construção da Sede da Associação e ao projeto de Residências Assistidas na Quinta das Camélias.

9. Estado e Outros Entes Públicos

	2024	2023
Retenção de Impostos sobre Rendimento	7.886	6.708
Imposto sobre o Valor Acrescentado	291	1.077
Contribuições para a Segurança Social	19.128	15.295
Total	**27.305**	**23.081**

10. Outras Contas a Pagar

	2024	2023
Credores Diversos	79.083	2.852
Total	**79.084**	**2.852**

Encontrava-se registado em Credores Diversos a importância de 12.000€ a favor do Núcleo de Maputo, dado que as contas daquele Núcleo ainda se encontravam em verificação.

11. Vendas e Serviços Prestados

	2024	2023
Serviços Médicos	180.818	193.791
Bares e Restaurantes	84.949	79.178
Quotização	583.599	594.112
Outros Serviços	25.564	4.069
Total	**874.930**	**871.150**

A variação, para menos, no valor dos Serviços Médicos decorre essencialmente de uma menor faturação na valência de Estomatologia/Protésico.

12. Subsídios à Exploração

	2024	2023
Ministério da Defesa Nacional - Funcionamento	396.000	336.000
Segurança Social – CAIP/CACI Porto	161.923	165.500
CM do Seixal	1.500	1.500

JF de Castelo Branco	250	250
Segurança Social Governo Regional dos Açores	15.667	15.293
JF de Funchal	400	400
Total	**575.340**	**518.943**

A Sede manteve o incremento da Subvenção em 12.000 euros os quais foram destinados ao apoio ao funcionamento do Núcleo de Maputo (Nota 17). Para além de manter este, houve também um acréscimo de mais 60.000€ para comportar o acréscimo de gastos de funcionamento provocados pela inflação, bem como para as atualizações remuneratórias previstas legalmente.

13. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

	2024	2023
Mercadorias – Bar/Restaurante	65	111
Matérias-Primas - Bar/Restaurante	38.215	38.562
Total	**38.280**	**38.673**

Esta rúbrica tem expressão única na Delegação do Porto. A Restauração da Sede encontra-se à exploração de terceiros.

14. Fornecimentos e Serviços Externos

	2024	2023
Serviços Especializados	86.185	96.589
Honorários	230.812	239.876
Materiais	12.571	12.553
Energia e Fluídos	68.465	70.582
Deslocações, Estadas e Transportes	39.248	41.625
Limpeza, Higiene e Conforto	35.508	33.321
Maquetagem/Impressão e Expedição do Jornal ELO	28.465	24.249
Outros Fornecimentos	206.851	180.497
Total	**708.105**	**699.291**

Apresentou uma variação relevante para menos nas rúbricas de Serviços Especializados, Honorários Energia e Fluídos e em Deslocações. A variação em honorários, encontra-se diretamente ligada há atividade clínica e as restantes a uma redução de gastos. A variação para mais é evidenciada um pouco nas restantes rúbricas e em especial nos Outros Fornecimentos, neste caso resultante da exploração da Fisioterapia da Sede por parte de terceiros.

15. Gastos com Pessoal

	2024	2023
Ordenados	502.781	467.213
Diuturnidades	30.901	27.690
Subsídio de Férias	49.970	46.249
Subsídio de Natal	44.457	41.155
Subsídio de Alimentação	60.655	54.498
Indemnizações	7.474	1.588
Encargos para a Segurança Social	135.307	124.019
Outros Gastos com o Pessoal	26.094	14.820
Total	**857.639**	**777.232**

A variação para mais está diretamente relacionada com ajustes no salário mínimo nacional, bem como da aplicação das novas tabelas salariais referentes às Portarias a que a ADFA está vinculada, ajustes no quadro de pessoal e incremento de gastos formação resultantes da parceria na Fisioterapia da Sede.

16. Outros Rendimentos e Ganhos

	2024	2023
ADFACAR-Apoio à Compra de Viaturas	4.315	6.287
ELO-Publicidade	1.118	1.093
Cartão GALP-Comissões	6.300	8.069
INR - Apoio ao Funcionamento	21.826	22.712
INR – Financiamento a Projetos	2.819	0
AT-Consignação de Impostos	27.018	30.509
Ministério da Defesa Nacional – Rede Nacional de Apoio	121.214	112.014
Recuperação de Despesas Sede (inclui Restaurante)	30.350	30.000
Eventos Sociais - Recuperação de Despesas	55.713	41.408
Diversos Proveitos (Orientação)	0	56.878
Donativos	49.020	42.087
Diversos Rendimentos e Ganhos	61.148	53.888
Total	**380.841**	**404.945**

A variação mais significativa refere-se a Diversos Proveitos (Orientação), atividade que foi extinta na Delegação de Évora.

Os valores indicados na rubrica Eventos Sociais respeitam à recuperação de despesas efetuadas pelas Delegações, com a realização de convívios e eventos diversos nomeadamente aniversário da Delegação e festas de Natal. Os custos suportados com estes eventos são registados na conta Outros Gastos e Perdas (Nota 17).

O detalhe dos Apoios do INR em 2024 encontra-se no seguinte quadro:

Projeto/Designação	Despesa total do projeto	Montante financiado pelo INR
Apoio ao Funcionamento 2024	21.825,71	22.635,63
Apoio a Projetos 2024	5.909,63	2.819,23

Importa referir que no Apoio ao Funcionamento de 2024, apenas foi contabilizada a receita correspondente ao gasto efetivo e considerado elegível para efeitos de financiamento.
O diferencial entre o gasto e o financiamento será devolvido ao INR após análise dos relatórios por parte daquele Instituto.

O detalhe do movimento da RNA – Rede Nacional de Apoio em 2024 pode ser analisado no quadro seguinte.

RNA – Gastos imputados ao projeto

		Lisboa	Porto	Madeira	Açores	Total
1	Ações de Divulgação comparticipadas a 100%	1.302,48	0	0	0	1.302,48
2	Comparticipação da RNA a 100% nas Consultas/Atendimentos	14.917,77	17.443,13	6.492,46	7.718,72	46.571,08
3	Vencimentos/Honorários Imputados	32.122,48	39.493,36	9.219,75	10.840,44	91.676,03
4	Comparticipação da RNA para Vencimentos/Honorários (80% do ponto 3)	25.697,63	31.594,69	7.375,80	8.672,35	73.340,47
5	Total subsidiado pela RNA (1+2+4)	41.916,88	49.037,82	13.868,26	16.391,07	121.214,03
6	Encargo da ADFA (3-4)	6.424,85	7.898,67	1.843,95	2.168,09	18.335,56

17. Outros Gastos e Perdas

	2024	2023
Apoios a Sócios	6.576	8.792
Apoios a Delegações	13.801	13.551
Eventos Sociais	92.547	58.976
Despesas com Reuniões de Órgãos Sociais/Ato Eleitoral	10.507	303
Outros Gastos e Perdas (Orientação)	0	26.015
Diversos Gastos e Perdas	20.739	26.925
Total	**144.170**	**134.562**

Os valores indicados na rubrica Eventos Sociais respeitam aos custos suportados pelas Delegações com a realização dos eventos referidos na conta Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 16).
A verba dos Apoios a Delegações, refere-se ao Apoio ao Funcionamento concedido pela Sede ao Núcleo de Maputo, verba que se encontra compensada em igual valor nos Subsídios à Exploração (Nota 12).

18. Gastos de Depreciação e de Amortização

	2024	2023
Amortização de Equipamento Básico	9.312	7.230
Amortização de Equipamento de Transporte	4.000	0
Amortização de Ferramentas e Utensílios	2.020	0
Amortização de Equipamento Administrativo	2.822	3.719
Amortizações Diversas	43.864	52.081
Total	**62.019**	**63.030**

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL AO RELATÓRIO E CONTAS DE 2024

De harmonia com o Artigo 27.º dos Estatutos, compete a esta Assembleia-Geral, ***apreciar e votar*** o Relatório Operacional e Contas da Direção Nacional (DN) e respetivo Parecer do Conselho Fiscal Nacional CFN).

Para o efeito, o CFN emite o seu Parecer sobre o Relatório e as Contas da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), relativas ao exercício de 2024, dando assim cumprimento à alínea b) do Artigo 46.º dos Estatutos – "*Apresentar semestralmente ao Conselho Nacional parecer sobre as atividades e situação financeira da ADFA*" e à alínea c) do mesmo Artigo 46.º - "*Dar parecer sobre o Relatório e Contas anuais da DN*". Tenha-se presente que, no final do exercício, as atividades e situação financeira relativas ao segundo semestre estão contidas no Relatório anual da DN e respetivas Demonstrações Financeiras, respeitantes a 31 de Dezembro de 2024.

O CFN mantém uma relação de proximidade com a Direção Nacional (DN), que nos tem permitido obter todas as informações e esclarecimentos solicitados, partilhando com os seus membros muitos dos assuntos referentes à gestão interna, assim como também acompanhou a DN em muitas das reuniões e audiências tidas com a tutela e outras Altas Entidades.

Para a elaboração deste Parecer, o CFN recorreu não só às fontes de informação abaixo referidas, bem como à consulta e análise do Relatório Operacional e Contas de 2024.

Neste documento merece-nos particular atenção o Capítulo 7 e em especial o Ponto 7.5 – *Património e Gestão*.

Dos quatro Apêndices que acompanham este Relatório, sobressai o Apêndice n.º 4 "*Associados*", no qual vemos com preocupação o Quadro n.º 3 – *Quotas*.

É preocupante a realidade aqui apresentada, cerca de 50% dos associados não pagam quotas, o que nos obriga a uma profunda reflexão sobre a realidade associativa e à tomada de medidas ou reformas conducentes à regularização desta anomalia.

1. ATIVIDADE

Do Segundo Semestre de 2024, o CFN destaca o seguinte, na área da deficiência e reabilitação:

- Reunião do Conselho Consultivo do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH);
- Assembleia Anual do Conselho Consultivo para as Pessoas com Necessidades Específicas (CCPNE);
- Estada na ADFA da Comissão Nacional de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio (CNA/RNA);
- Encontro do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) *"1974-2024 | Da Invisibilidade à Cidadania: E os Direitos das Pessoas com Deficiência?"*;

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

- Reunião da Comissão de Acompanhamento do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio a Deficientes Militares (SAPADM);
- *XXIII Torneio Internacional de Basquetebol em Cadeira de Rodas*, promovido pela Associação Portuguesa de Deficientes (APD);
- Debate *"Portugal sem Rótulos: Combatendo o Preconceito e a Discriminação"*, realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos;
- Realce especial pelo trabalho do CRPG – Centro de Reabilitação Profissional, com a apresentação das novas delegações em Coimbra e Lisboa, e com a realização da sessão *"Reabilitação profissional de pessoas com incapacidades adquiridas em idade ativa"*;
- Ainda nesta área, foi apresentado o *Programa Municipal de Apoio aos Cuidadores Informais Lisboa Cuida +*;
- Da área associativa e representação interna e externa, importa realçar as atividades locais, que, como sempre nas nossas Delegações, apesar do sacrifício pessoal e familiar destes nossos camaradas, continuam a cumprir a sua missão junto dos associados;
- Da Sede Nacional, destaque muito especial para a visita de trabalho de Sua Excelência, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Engenheiro Carlos Moedas;
- Reuniões de trabalho com a Câmara Municipal de Lisboa e a Cooptécnica-Gustave Eiffel, CRL., referentes à Quinta das Camélias;
- Audiência com Sua Excelência, o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Dr. Álvaro Castello-Branco, que incidiu sobre o Caderno Reivindicativo da ADFA, aprovado em Assembleia-Geral Nacional de associados, deles tendo sido destacados os temas mais prementes, cuja aprovação constituiria, nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, o encerramento positivo do dossiê da Guerra Colonial;
- Reunião de trabalho na Sede Nacional, com o Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), Tenente-General Fernando de Campos Serafino;
- O CFN sublinha a importante visita à Sede Nacional de Sua Excelência, a Senhora Embaixadora dos Estados Unidos da América, para um almoço comemorativo do Dia de Ação de Graças, com toda a inerente logística suportada por aquela Embaixada. Registamos que se tratou de um caso único desta ação em Portugal, tendo sido a primeira vez que um Embaixador visita uma Associação de deficientes militares e combatentes;
- A ADFA esteve presente em várias ações de natureza social, cultural, política e militar, o que muito nos honra pelo interesse demonstrado pela nossa Associação;
- Evidencia-se, com muito realce, a ocorrência de mais um estatutário e democrático Ato Eleitoral, que renovou a confiança dos associados nas diversificadas candidaturas aos Órgãos Sociais Nacionais e aos de todas as Delegações da ADFA;

Por último, no culminar do triénio eleitoral que findou em 2024, o Conselho Fiscal Nacional expressa o seu sentimento de gratidão a todos os associados e trabalhadores que participaram ativamente em todos os trabalhos

referentes à nossa Instituição. Todavia cumpre-nos realçar, inequivocamente, o trabalho incansável e determinado do nosso camarada, o associado Cândido Manuel Patuleia Mendes, na área da gestão administrativa e tesouraria, contribuindo inexoravelmente para uma gestão trienal exemplar.

O Relatório da Direção Nacional descreve, de uma forma clara e pormenorizada, toda a atividade desenvolvida, por áreas de atuação, dando-nos uma panorâmica suficientemente esclarecedora de como foram utilizados os fundos colocados à sua disposição. O CFN analisou o Relatório, as Contas e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, as quais permitem uma adequada compreensão da situação económica e financeira da ADFA.

Nestas circunstâncias, não se justifica o CFN fazer uma análise desenvolvida das Demonstrações Financeiras porque as Notas Explicativas que as acompanham fornecem informação detalhada sobre as rubricas contabilísticas que apresentam saldos de valor mais significativo. Assim, optou-se por apresentar os quadros que se seguem evidenciando o cumprimento do Orçamento aprovado pelo Conselho Nacional e a Situação Financeira da ADFA em 31 de dezembro de 2024.

2. CONTROLO ORÇAMENTAL DA ADFA – ANO DE 2024

	ORÇAMENTO	REALIZADO	DESVIO
Rendimentos da Atividade Associativa	1.263.940	1.287.729	23.789
Vendas	80.500	84.949	4.449
Prestação de Serviços	201.735	187.067	-14.668
Outros Rendimentos e Ganhos	434.498	507.698	73.200
Total das Receitas	*1.980.673*	2.067.443	*86.770*
Gastos da Atividade Associativa	713.824	761.341	47.517
Custo das Matérias-Primas Consumidas	37.835	38.281	446
Custos com o Pessoal	839.402	860.304	20.902
Fornecimentos e Serviços Externos	689.498	708.128	18.630
Outros Gastos e Perdas	28.280	29.187	907
Total das Despesas	2.308.839	2.397.241	88.402
Amortizações	55.074	62.018	6.944
Resultado da Atividade Associativa	-383.240	-391.816	-8.576
Subsídios à Exploração	410.732	413.417	2.685
Resultado Líquido do Exercício	27.492	21.601	-5.891

O Controlo Orçamental da ADFA, a que se refere o Quadro anterior, permite comparar os valores realizados com os valores orçamentados, para o exercício de 2024.

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Através da imagem apresentada, é possível constatar que o acréscimo de Despesas, originando um desvio desfavorável no montante de 88.402 euros, foi, na sua quase totalidade, compensado com o desvio favorável nas Receitas, no montante de 86.770 euros.

O Resultado do Exercício atingiu o montante de 21.601 euros, inferior em 5.891 euros ao que estava orçamentado. Para este resultado contribuiu, de forma significativa, o Subsídio à Exploração, concedido pelo Ministério da Defesa Nacional, no montante de 396.000 euros.

Dos desvios mais significativos destacamos, nas Receitas, as rubricas Quotizações (-16.737), Serviços Médicos (-10.917) e Outros Rendimentos e Ganhos +73.200. Destes últimos destacamos a rubrica de Donativos que teve um acréscimo de 47.332 euros, em relação ao orçamentado.

Nas Despesas, os Custos com o Pessoal tiveram um aumento de 20.902 euros em relação ao orçamentado, e os Fornecimentos e Serviços Externos +13.894 euros.

Destaca-se como mais preocupante o desvio verificado na cobrança de Quotas (-16.737 euros), principalmente por se tratar de uma situação que se irá agravar nos anos que se seguem.

3. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ADFA

BALANÇO EM 31.12.2024

	2024	2023	VARIAÇÃO
ATIVO			
Caixa e Depósitos Bancários	776.683	699.146	77.537
Outros Ativos	4.784.365	4.791.474	- 7.109
Total do Ativo	**5.561.048**	**5.490.620**	**70.428**
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Reservas e Resultados Transitados	5.392.135	5.338.618	53.517
Resultado do Exercício	**21.601**	**82.187**	**- 60.586**
Total da Situação Líquida	**5.413.736**	**5.420.805**	**- 7.069**
Passivo	147.312	69.815	77.497
Total do Passivo e Situação Líquida	**5.561.048**	**5.490.620**	**70.428**

A análise do quadro anterior continua a revelar um Balanço robusto que evidencia uma situação de elevada solidez, a qual foi reforçada no exercício em análise, com um aumento do Ativo em 70.000 euros. A Situação Líquida de 5.413.736 euros (5.420.805 euros em 2023) tem por contrapartida Depósitos Bancários, no montante de 776.683 euros e Outros Ativos, no montante de 4.784.365 euros, constituídos essencialmente por Imóveis, no valor de 4.612.376 euros. O Passivo da Associação, no montante de 147.312 euros (69.815 em 2023), continua a não ser relevante.

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

O Resultado do Exercício, no montante 21.601 euros, teve uma variação para menos de 60.586 euros, em relação ao ano anterior. As variações de Receitas e Despesas, mais significativas, em relação ao ano anterior, foram as seguintes:

- Quotização: menos de 10.513 euros
- Serviços Médicos: menos de 12.973 euros
- Donativos: mais de 33.951 euros
- Custos com o Pessoal: mais de 83.080 euros
- Subvenção do Ministério da Defesa Nacional: mais 60.000 euros

4. CONCLUSÃO

O Conselho Fiscal Nacional é da opinião que as demonstrações financeiras, da responsabilidade da Direção Nacional, contemplando ***Ativos Líquidos, no montante de 5.561.048 euros, uma Situação Líquida de 5.413.736 euros*** e ***Resultados do Exercício, no valor de 21.601 euros,*** apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da ADFA em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal Nacional expressa a sua concordância quanto ao Relatório Operacional e Contas Consolidadas da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, referentes ao exercício de 2024, dando assim o seu Parecer favorável.

5

Lisboa, 27 de março de 2025

O Conselho Fiscal Nacional
Artur José Caldeira Vilares (Presidente)

Apêndices

Apêndice 1 – Rede Nacional de Apoio

Quadro 1 - Serviços de Apoio Médico, Psicológico e de Reabilitação e Reintegração Social						
Polos/Subpolos	Critério	Especialidade				
		Medicina familiar	Psicologia Clínica	Psiquiatria	Serviço Social	Totais
Polo de Lisboa	Previsto	10	204	213	80	**507**
	Realizado	37	286	280	67	**670**
	Desvio	27	82	67	-13	**163**
Polo do Porto	Previsto	25	247	357	74	**703**
	Realizado	41	338	407	57	**843**
	Desvio	16	91	50	-17	**140**
Subpolo dos Açores	Previsto		204	73	79	**356**
	Realizado		281	5	41	**327**
	Desvio		77	-68	-38	**-29**
Subpolo da Madeira	Previsto		204	73	76	**353**
	Realizado		219	25	17	**261**
	Desvio		15	-48	-59	**-92**
Totais	**Previsto**	**35**	**859**	**716**	**309**	**1919**
	Realizado	**78**	**1124**	**717**	**182**	**2101**
	Desvio	**43**	**265**	**1**	**-127**	**182**

Apêndice 2 – Serviços da Sede Nacional

Quadro n.º 1 - Gabinete dos Órgãos Sociais		
Atividades	**N.º**	**%**
Secretariado dos Órgãos Sociais Nacionais	24968	97,17
Apoio ao associado (processo de admissão ao associado, cartões, IRS e outros)	203	0,79
Devolução do Jornal ELO	47	0,18
Divulgação de informação	170	0,66
Consignação do IRS	306	1,19
Total:	**25694**	**100,00**

Quadro n.º 2 - Serviço de apoio jurídico (Nacional e Delegações[9])		
Atividades	**Nacional**	
	Nº	**%**
Apoio jurídico e patrocínio judicial aos associados	1823	97,02
Consultadoria à Direção Nacional	56	2,98
Totais:	**1879**	**100,00**

Quadro n.º 3 - Departamento de Documentação, Informação e Projetos		
Atividades	**N.º**	**%**
Tratamento documental (Arquivo e Biblioteca)	427	8,01
Apoio e/ou atendimento de utilizadores	29	0,54
Recolha de referências bibliográficas	75	1,41
Aquisições/ofertas/permutas	177	3,32
Divulgação de informação	256	4,80
Jornal ELO digital	11	0,21
Cooperação/apoio a escolas e universidades	13	0,24
Apoio a ações da Direção Nacional	165	3,09
Ações e Projetos (Programa de Financiamento a Projetos do INR, I.P.)	240	4,50
Serviço Social	82	1,54
Redes Sociais	105	1,97
Atividades de cooperação do DDIP	84	1,57
Atividades diversas do Departamento	3670	68,80
Total:	**5334**	**100,00**

[9] Presta apoio jurídico às Delegações de Bragança, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Setúbal, Évora, Faro, Açores e Madeira.

Quadro n.º 4 - Departamento Administrativo e Financeiro				
Departamento	Serviço	Atividades	N.º	%
Departamento Administrativo e Financeiro	Serviço de Gestão Financeira	Tesouraria - Caixa - Pagamentos/Recebimentos/registo na folha de caixa e apuramento dos saldos.	678	3,73
		Tesouraria - Bancos - Pagamentos/recebimentos/contolo de saldos e elaboração da respetiva pasta para a Contabilidade.	678	3,73
		Contabilidade - Verificação e arquivo nas respetivas pastas dos documentos para efeitos de contabilisticos, classificação e registo dos mesmos.	1262	6,93
		Contabilidade - Efetuar procedimentos de contabilidade referentes a reconciliações, emissão de balancetes e demais mapas de suporte contabilístico	262	1,44
	Gestão Financeira dos Serviços	Receção, análise e tratamento de faturação e receitas.	12	0,07
		Emissão e exportação de documentação para o exterior.	24	0,13
		Outras ações relacionadas com a gestão dos SMN.	74	0,41
	Serviços Médicos Nacionais (SMN)	Atendimento e apoio aos associados.	12250	67,31
		Apoio aos médicos das diversas valências.	570	3,13
		Agendamento e controlo de tratamentos e faturação da Fisioterapia.	490	2,69
		Contactos com o IASFA.	89	0,49
		Processos de mobilidade e transporte (carta de condução, IUC e dísticos).	54	0,30
		Outras ações inerentes aos SMN.	63	0,35
	Gestão de pessoal	Aplicação dos requisitos legais da Medicina, Segurança e Higiene no Trabalho.	1	0,01
		Pagamento de salários aos trabalhadores e/ou colaboradores e de impostos ao Estado (SS e IRS).	24	0,13
		Elaboração de mapas de apoio à gestão (DN e Delegações), declaração mensal de remenurações e envio de folha de férias para a seguradora.	40	0,22
		Elaboração de contratos de trabalho	2	0,01
	Serviço de Património e Segurança	Manutenção geral (ar-condicionado, elevadores, limpeza, desinfestação, infraestrutura de gás, comunicações, viaturas Sede Nacional e Quinta das Camélias).	355	1,95
		Outras ações no âmbito do património e segurança.	100	0,55
	Serviço de informática	Help Desk/apoio informático à Sede Nacional e às Delegações.	352	1,93
		Apoio informático aos associados.	25	0,14
		Manutenção, instalação e configuração de hardware/software .	96	0,53
		Criação de novos users de rede.	4	0,02
		Gestão de backups.	364	2,00
		Manutenção de equipamentos informáticos e servidores.	4	0,02
		Assessoria no âmbito da informática à DN e Delegações.	2	0,01
	GALP Frota	Pedidos de novos cartões Galp Frota	60	0,33
		Expedição de cartões Galp para associados e Delegações.	250	1,37
		Cobranças SEPA e gestão de consumos.	14	0,08
		Total:	**18199**	**100,00**

Apêndice 3 – Delegações

Quadro n.º 1 - Serviço de apoio jurídico às Delegações do Porto e Vila Nova de Famalicão		
Atividades	**Nº**	**%**
Consultas presenciais a Associados das Delegações do Porto e Famalicão	107	8,12
Elaboração de peças processuais nas ações judiciais pendentes e análise das peças e decisões produzidas em juízo	20	1,52
Elaboração de oposições/reclamações	110	8,35
Elaboração de audiências prévias	1	0,08
Pedido de juntas	3	0,23
Elaboração de requerimentos ao Estado-Maior de cada ramo	6	0,46
Elaboração de requerimentos à CGA e centro Nacional de Pensões	25	1,90
Acesso ao sistema IASFA/ADM que pela especificidade exigem tratamento do Serviço de Apoio Jurídico	200	15,19
Elaboração de requerimentos de Pensões de Preço de Sangue/Pensões de Sobrevivência	6	0,46
Análise de processos, informações e pareceres jurídicos	646	49,05
Contatos telefónicos	190	14,43
Assessoria à Direção da Delegação	3	0,23
Total	**1317**	**100,00**

Quadro n.º 2 - Intervenção do Departamento de Apoio Integrado (DAI)[10]		
Atividades	**N.º**	**%**
Ações do DAI (reuniões e representação)	63	2,98
Ações do DAI relacionadas com o Serviço de Apoio Médico, Psicológico e Social (SAMPS)	1842	87,01
Intervenções do DAI no Centro de Atividades e Capacitação (CACI)	202	9,54
Sessões multidisciplinares com os utentes (Nutrição, Psicologia Clínica e da Saúde)	2	0,09
Projeto Instituto de Reabilitação ADFA (IRA)	8	0,38
Total:	**2117**	**100,00**

[10] Este Departamento está integrado na Delegação do Porto.

Quadro n.º 3 - Serviço de Ação Social e Apoio Social										
Delegações	Atendimentos, consultas e acompanhamentos		Visitas Domiciliárias e Lares		Visitas hospitalares		Outras atividades		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Açores	355	25,00	9	8,33	57	50,89	1136	29,89	**1557**	**28,68**
Bragança	10	0,70	10	9,26	4	3,57			**24**	**0,44**
Castelo Branco			10	9,26	6	5,36			**16**	**0,29**
Coimbra			10	9,26					**10**	**0,18**
Faro			12	11,11			1	0,03	**13**	**0,24**
Lisboa	913	64,30	25	23,15	27	24,11	2419	63,64	**3384**	**62,34**
Madeira		19,00	32	29,63	13	11,61	115	3,03	**160**	**2,94**
Porto	130	9,15					130	3,42	**260**	**4,78**
Viseu	12	0,85			5	4,46			**17**	**0,31**
Totais:	**1420**	**119,00**	**108**	**100,00**	**112**	**100,00**	**3801**	**100,00**	**5441**	**100,00**

Quadro n.º 4 - Serviços Médicos Nacionais								
Especialidades	Delegações						Totais	
	Lisboa		Porto		Vila Nova de Famalicão			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cuidados de enfermagem			12	2,39			**12**	**0,31**
Estomatologia	218	6,72					**218**	**5,67**
Medicina física e de reabilitação	982	30,28					**982**	**25,55**
Medicina geral e familiar	1547	47,70	246	48,91	97	100,00	**1890**	**49,18**
Nutrição			11	2,19			**11**	**0,29**
Psicologia	75	2,31	99	19,68			**174**	**4,53**
Psiquiatria	362	11,16	135	26,84			**497**	**12,93**
Urologia	59	1,82					**59**	**1,54**
Totais:	**3243**	**100,00**	**503**	**100,00**	**97**	**100,00**	**3843**	**100,00**

Quadro n.º 5 - Apoio e/ou atendimento ao Associado		
Delegação	**Nº**	**%**
Açores (Ponta Delgada)	969	1,84
Bragança	559	1,06
Castelo Branco	2773	5,25
Coimbra	6373	12,07
Évora	428	0,81
Faro	2195	4,16
Lisboa	19125	36,23
Madeira (Funchal)	2837	5,37
Porto	10150	19,23
Setúbal[11]	-	-
Vila Nova de Famalicão	6400	12,12
Viseu	985	1,87
Total:	**52794**	**100,00**

Quadro n.º 6 - Atividades cívicas e culturais		
Delegações	**Nº**	**%**
Açores	8	3,15
Bragança	1	0,39
Castelo Branco	4	1,57
Coimbra	7	2,76
Évora	5	1,97
Faro	5	1,97
Lisboa[12]	176	69,29
Madeira	3	1,18
Porto	31[13]	12,20
Setúbal	1	0,39
Vila Nova de Famalicão	8	3,15
Viseu	5	1,97
Total:	**254**	**100,00**

[11] Não informado.

[12] Incluem aqui as atividades realizadas pelo Núcleo de Sintra.

[13] Incluem-se também as atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Chaves e Santa Maria da Feira.

Quadro n.º 7 - Participação associativa		
Delegação	**Nº**	**%**
Açores	1	0,94
Bragança	5	4,72
Castelo Branco		
Coimbra	16	15,09
Évora	11	10,38
Faro	3	2,83
Lisboa	11	10,38
Madeira	2	1,89
Porto[14]	47	44,34
Setúbal[15]		
Vila Nova de Famalicão	5	4,72
Viseu	5	4,72
Total:	**106**	**100,00**

Quadro n.º 8 - Cooperação interinstitucional		
Delegação	**Nº**	**%**
Açores	22	4,82
Bragança	2	0,44
Castelo Branco	8	1,75
Coimbra	15	3,29
Évora	0	
Faro	10	2,19
Lisboa	39	8,55
Madeira	12	2,63
Porto	309	67,76
Vila Nova de Famalicão	19	4,17
Viseu	20	4,39
Total:	**456**	**100,00**

[14] Neste campo da participação associativa também estão incluídas as atividades realizadas pelos Núcleos da Delegação do Porto, designadamente os de Chaves e Santa Maria da Feira.

[15] Não informado.

Quadro n.º 9 - Representatividade interna		
Delegação	**Nº**	**%**
Açores	12	18,75
Bragança	2	3,13
Castelo Branco	1	1,56
Coimbra	6	9,38
Évora	5	7,81
Faro	5	7,81
Lisboa	7	10,94
Madeira	6	9,38
Porto	7	10,94
Setúbal[16]		-
Vila Nova de Famalicão	6	9,38
Viseu	7	10,94
Total:	**64**	**100,00**

Quadro n.º 10 - Sinalizações no âmbito do PADM		
Delegação	**Nº**	**%**
Açores	14	19,18
Bragança	2	2,74
Castelo Branco	3	4,11
Coimbra	8	10,96
Faro	6	8,22
Lisboa	11	15,07
Madeira	12	16,44
Porto	7	9,59
Vila Nova de Famalicão	6	8,22
Viseu	4	5,48
Total:	**73**	**100,00**

Quadro n.º 11 - Digitalização de processos de associados		
Delegação	**N.º**	**%**
Açores	1	0,19
Castelo Branco	93	18,02
Coimbra	36	6,98
Faro	17	3,29
Lisboa	50	9,69
Madeira	37	7,17
Vila Nova de Famalicão	250	48,45
Viseu	32	6,20
Total:	**521**	**100,00**

[16] Não informado.

Quadro n.º 12 - Cobrança de quotas a Associados						
Delegação	Nº quotas regularizadas		Nº quotas por regularizar		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Açores	99	2,01	62	1,03	**161**	**1,47**
Bragança	119	2,41	61	1,01	**180**	**1,64**
Castelo Branco	227	4,60	326	5,42	**553**	**5,05**
Coimbra	693	14,04	139	2,31	**832**	**7,60**
Évora	201	4,07	65	1,08	**266**	**2,43**
Faro	218	4,42	223	3,71	**441**	**4,03**
Lisboa	643	13,03	2996	49,85	**3639**	**33,25**
Madeira	197	3,99	1	0,02	**198**	**1,81**
Porto	1602	32,46	1049	17,45	**2651**	**24,22**
Setúbal	169	3,42	154	2,56	**323**	**2,95**
Vila Nova de Famalicão	378	7,66	413	6,87	**791**	**7,23**
Viseu	389	7,88	521	8,67	**910**	**8,31**
Total:	**4935**	**100,00**	**5986**	**100,00**	**10945**	**100,00**

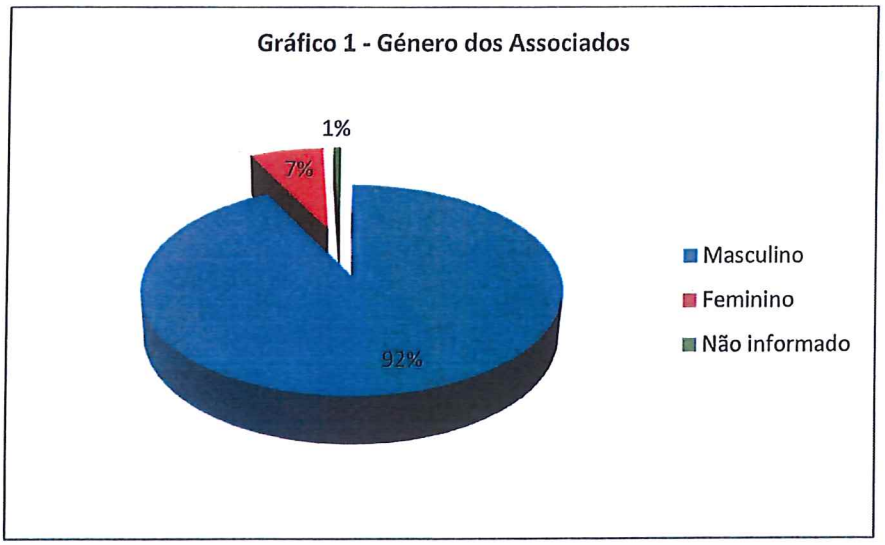
Quadro n.º 13 – Número total de Associados por Delegação em 2024														
Delegação	Nº Total de sócios		2024											
			Efetivos		Pendentes		Falecidos		Desistentes		Transferência		S/ possib. contacto	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Açores	161	1,47	1	0,97	1	3,23	2	0,93					39	4,90
Bragança	180	1,64			1	3,23	3	1,39					8	1,01
Castelo Branco	553	5,05	1	0,97			7	3,24						
Coimbra	832	7,60	4	3,88	3	9,68	10	4,63			1	50,00		
Évora	266	2,43					11	5,09					57	7,16
Faro	441	4,03	2	1,94	2	6,45	9	4,17					189	23,74
Lisboa	3639	33,25	36	34,95	18	58,06	97	44,91	2	66,67				
Madeira	198	1,81	5	4,85	3	9,68	4	1,85					90	11,31
Porto	2651	24,22	43	41,75			58	26,85			1	50,00		
Setúbal	323	2,95												
V. N. Famalicão	791	7,23	9	8,74			6	2,78	1	33,33			413	51,88
Viseu	910	8,31	2	1,94	3	9,68	9	4,17						
Total:	10945	100,00	103	100,00	31	100,00	216	100,00	3	100,00	2	100,00	796	100,00

Quadro n.º 14 - Qualificação dos associados por Delegação

Delegação	Quotas regularizadas																		Quotas por regularizar																Total	
	DFA		Pensionista de Invalidez		GDFA		GDSEN		PPS		Pensão de Sobrevivência		Abrangidos pelo DL 503/99		Processo em curso e outros		NÃo informado		DFA		Pensionista de Invalidez		GDFA		GDSEN		PPS		Pensão de Sobrevivência		Abrangidos pelo DL 503/99		Outros		NÃo informado			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Açores	58	1,87	29	1,50	2	2,08		-	4	2,76	6	1,79		-		-		-	11	1,08	8	0,54	1	1,61		-	1	0,84	1	0,55		-		-	40	14,13	161	1,47
Bragança	18	0,58	26	1,35		-		-	1	0,69	3	0,89		-	1	0,17	63	21,21	1	0,10	7	0,47		-	1	9,09	1	0,84	2	1,12		-	55	4,48		-	180	1,64
Castelo Branco	116	3,73	85	4,41	6	6,25		-	7	4,83	13	3,87		-		-	24	8,08	51	4,99	65	5,76	1	1,61	1	9,09	15	12,61	5	2,81		-	136	10,89	8	2,83	553	5,05
Coimbra	281	9,04	201	10,42	13	13,54	4	25,00	5	3,45	13	3,87	7	31,82	2	0,34	92	30,98	35	3,42	65	4,41	3	4,84	1	9,09	1	0,84	5	2,81	1	10,00	102	8,17	1	0,35	832	7,60
Évora	88	2,83	26	1,35		-		-		-	30	8,93	2	9,09	3	0,51	53	17,85	7	0,68	3	0,20		-		-		-	3	1,69	1	10,00	1	0,08	49	17,31	266	2,43
Faro	78	2,51	45	2,33	3	3,13		-	1	0,69	7	2,08	3	13,64	1	0,17	55	18,52	20	1,95	29	1,97		-	2	18,18	1	0,84	5	2,81		-	160	14,41	11	3,89	441	4,03
Lisboa	1192	38,35	753	39,04	31	32,29	4	25,00	17	11,72	50	14,88	8	36,36	201	33,95	9	3,03	561	54,84	650	44,07	29	46,77	3	27,27	15	12,61	19	10,67	4	40,00	93	7,45	6	2,12	3639	33,25
Madeira	52	1,67	35	1,81	5	5,21		-	1	0,69	3	0,89		-	19	3,21		-	1	0,10	4	0,27	1	1,61		-	1	0,84	2	1,12	2	20,00	71	5,68	1	0,35	198	1,81
Porto	837	26,93	466	24,16	29	30,21	6	37,50	88	60,69	163	49,51	1	4,55	12	2,03		-	239	23,35	531	36,00	27	43,55	2	18,18	83	69,75	124	69,66	2	20,00	41	3,28		-	2651	24,22
Setúbal	33	1,06	11	0,57		-		-	3	2,07	1	0,30		-	139	23,48	1	0,34	16	1,56	13	0,88		-		-	1	0,84	3	1,69		-	101	8,09	1	0,35	323	2,95
V. N. Famalicão	210	6,76	180	9,33	3	3,13	2	12,50	16	11,03	35	10,42		-	41	7,09		-	22	2,15	25	1,69		-	1	9,09		-	1	0,56		-	254	20,34		-	791	7,23
Viseu	145	4,67	72	3,73	4	4,17		-	2	1,38	12	3,57	1	4,55	172	29,05		-	59	5,77	55	3,73		-		-		-	8	4,49		-	214	17,13	166	58,66	910	8,31
Total:	3108	100,00	1928	100,00	96	100,00	16	100,00	145	100,00	336	100,00	22	100,00	592	100,00	297	100,00	1023	100,00	1475	100,00	62	100,00	11	100,00	119	100,00	178	100,00	10	100,00	1249	100,00	283	100,00	10945	100,00

Apêndice 4 – Associados

Quadro n.º 1 – Média de idades por género		
Género	Média de idades	Média geral
Masculino	77	76
Feminino	75	



Siglas

ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADFA-PM - Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Maputo

ADM – Assistência na Doença aos Militares

ADN – Arquivo da Defesa Nacional

AGN – Assembleia Geral Nacional

AGNO – Assembleia Geral Nacional Ordinária

CACI - Centro de Atividades e Capacitação

CAIP – Centro de Apoio Integrado do Porto

CASP – Centro de Apoio Social do Porto

CdE – Conselho de Executivos

CN – Conselho Nacional

CPAE - Comissão Permanente para os Assuntos Europeus

CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

CSMC – Centro de Saúde Militar de Coimbra

DAI – Departamento de Apoio Integrado

DFA – Deficiente das Forças Armadas

DN – Direção Nacional

EMGFA - Estado-Maior-General das Forças Armadas

ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social

FMAC/WVF – Federação Mundial de Antigos Combatentes/*The World Veterans Federation*

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

GIS - Gestão Interna de Sócios

GNR – Guarda Nacional Republicana

HFAR – Hospital das Forças Armadas

HIA – Hospital Internacional dos Açores

IASFA – Instituto de Ação Social das Forças Armadas

INR, I.P. – Instituto Nacional para a Reabilitação, Instituto Público

IR-ADFA - Instituto de Reabilitação ADFA

LM – Laboratório Militar do Medicamento

MAGN – Mesa da Assembleia Geral Nacional

MDN – Ministério da Defesa Nacional / Ministro da Defesa Nacional

ONG – Organização Não Governamental

ONGPD – Organização Não Governamental de Pessoas com Deficiência

OSN – Órgãos Sociais Nacionais

PADM - Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PTSD - Stress pós traumático

RNA - Rede Nacional de Apoio

SG – Secretaria-Geral

SMN – Serviços Médicos Nacionais

SSM - Sistema de Saúde Militar